

cR

Centro
de Referência
Paulo Freire

**Este documento faz parte do acervo
do Centro de Referência Paulo Freire**

acervo.paulofreire.org



InstitutoPauloFreire

ESCOLA CIDADÃ EDUCAÇÃO PARA E PELA CIDADANIA

Moacir Gadotti (*)

*“A Escola Cidadã é uma escola de comunidade, de companheirismo.
É uma escola de produção comum do saber e da liberdade.
É uma escola que vive a experiência tensa da democracia”.*

Paulo Freire, 1997.

Já há quem não queira mais falar ou escrever sobre cidadania, tamanha a vulgarização deste termo nos últimos anos. O termo “cidadania” foi apropriado com sentido e significado muito diferentes. Tornou-se uma palavra perigosamente consensual, um envelope vazio no qual podem tanto caber os sonhos de uma sociedade de iguais, uma sociedade de direitos e de deveres, quanto uma sociedade dividida por interesses antagônicos. Nela cabem hoje todos os sonhos e todas as realidades. Por isso, antes de mais nada, precisamos caracterizá-la, precisamos saber de que cidadania estamos falando.

Devemos entender o conceito de cidadania a partir de um contexto histórico. No caso de uma educação para e pela cidadania isso se torna ainda mais necessário. A educação para a cidadania deve ser entendida hoje, no Brasil, a partir de um movimento educacional concreto, acompanhado por uma particular corrente de pensamento pedagógico. Esse pensamento e essa prática, sem deixar de apresentar suas contradições, caracterizam-se pela democratização da educação em termos de acesso e permanência, pela participação na gestão e escolha democrática dos dirigentes educacionais e pela democratização do próprio Estado. Foi no interior desse movimento, iniciado no final da década de 80, que surgiu no Brasil o que é chamado hoje de **Escola Cidadã**, uma escola que forma para e pela cidadania.

O que é educar para a cidadania?

A resposta a essa pergunta depende da resposta à outra pergunta: *o que é cidadania?*

Pode-se dizer que cidadania é essencialmente consciência de direitos e deveres e exercício da democracia: **direitos civis**, como segurança e locomoção; **direitos sociais**, como trabalho, salário justo, saúde, educação, habitação, etc. **direitos políticos**, como liberdade de expressão, de voto, de participação em partidos políticos e sindicatos, etc. Não há cidadania sem democracia. O conceito de cidadania, contudo, é um **conceito ambíguo**. Em 1789 a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* estabelecia as primeiras normas para assegurar a liberdade individual e a propriedade. Nascia a cidadania como uma conquista liberal. Hoje o conceito de cidadania é mais complexo. Com a ampliação dos direitos, nasce também uma concepção mais ampla de cidadania. De um lado, existe uma **concepção consumista** de cidadania (direito de defesa do consumidor) e, de outro, uma **concepção plena**, que se manifesta na mobilização da sociedade para a conquista de novos direitos e na participação direta da população na gestão da vida pública, através, por exemplo, da discussão democrática do orçamento. Esta tem sido uma prática, sobretudo no nível do poder local, que tem ajudado na construção de uma democracia participativa, superando os estreitos limites da democracia puramente representativa. Adela Cortina¹ afirma que existem dimensões complementares, que se constituem em exigências de uma **cidadania plena**: *cidadania política*: direito de participação numa comunidade política; *cidadania social*: que compreende a justiça como exigência ética da sociedade de bem viver; *cidadania econômica*: participação na gestão e nos lucros da empresa, transformação produtiva com equidade; *cidadania civil*: afirmação de valores cívicos como liberdade, igualdade, respeito ativo, solidariedade, diálogo; *cidadania*

(*) **Moacir Gadotti**, Doutor em Ciências da Educação pela Universidade de Genebra, professor titular da Universidade de São Paulo, diretor do Instituto Paulo Freire e autor, entre outras obras, de: *A educação contra a educação* (Paz e Terra, 1979: Francês e Português), *Convite à leitura de Paulo Freire* (Scipione, 1988: Português, Espanhol, Inglês, Japonês e Italiano), *Escola Cidadã: uma aula sobre a autonomia da escola* (Cortez, 1992), *História das idéias pedagógicas* (Ática, 1993: Português e Espanhol), *Pedagogia da práxis* (Cortez, 1994: Português, Espanhol e Inglês), *Perspectivas atuais da educação* (Artes Médicas, 2000) e *Pedagogia da Terra* (Peirópolis, 2000).

¹ Adela Cortina. *Ciudadanos del mundo: hacia una teoría de la ciudadanía*. Madrid, Alianza, 1997.

intercultural: afirmação da interculturalidade como projeto ético e político frente ao etnocentrismo.

Voltemos agora à pergunta inicial: *o que é educação para e pela cidadania?*

Parece que foi Paulo Freire quem melhor definiu uma educação para e pela cidadania quando, nos *Arquivos Paulo Freire*, em São Paulo, dia 19 de março de 1997, numa entrevista à TV Educativa do Rio de Janeiro, falou de sua concepção da “escola cidadã”:

A Escola Cidadã é aquela que se assume como um centro de direitos e de deveres. O que a caracteriza é a formação para a cidadania. A Escola Cidadã, então, é a escola que viabiliza a cidadania de quem está nela e de quem vem a ela. Ela não pode ser uma escola cidadã em si e para si. Ela é cidadã na medida mesma em que se exercita na construção da cidadania de quem usa o seu espaço. A Escola Cidadã é uma escola coerente com a liberdade. É coerente com o seu discurso formador, libertador. É toda escola que, brigando para ser ela mesma, luta para que os educandos-educadores também sejam eles mesmos. E como ninguém pode ser só, a Escola Cidadã é uma escola de comunidade, de companheirismo. É uma escola de produção comum do saber e da liberdade. É uma escola que vive a experiência tensa da democracia.

Paulo Freire situava o conceito de cidadania no contexto de uma sociedade nova, radicalmente democrática, associando **cidadania** e **autonomia**. No seu último livro ele afirma que “o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros”².

O que desejo mostrar neste texto é que a concepção de **Escola Cidadã** vem sendo construída, desde o início da década de 90, no contexto de um movimento de renovação educacional e de práticas concretas de educação para e pela cidadania, sobretudo em municipalidades que se destacaram por governos que realmente priorizaram em suas políticas a escola pública, oferecendo uma resposta concreta à deterioração do ensino. Paulo Freire foi um de seus principais inspiradores.

Eu poderia elencar neste artigo uma série de insucessos que ocorreram na última década no campo da educação. A realidade descrita por Maurício Tragtenberg, no livro organizado por Henrique Rattner³ não mudou muito dez anos depois. O diagnóstico feito pelo saudoso amigo e militante da palavra, Maurício Tragtenberg (1931-1998) foi bem amplo, abrangendo as condições do desenvolvimento capitalista no Brasil e seu impacto na educação, em todos os níveis. Se eu seguisse a mesma metodologia de análise, os indicadores mais visíveis me fazem crer que obteria resultados muito parecidos hoje, tendo pouco a acrescentar. Poderia destacar como pontos positivos a conquista de uma nova *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (Lei 9.394/96), o *Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério* (Lei 9.424/96), com seus pontos positivos e negativos. Mas deveria assinalar ainda que não conseguimos aprovar o *Plano Nacional de Educação*, previsto há 12 anos na Constituição de 1988, ampliamos o acesso à educação básica, mas não conseguimos o mesmo sucesso em relação à qualidade de ensino. O que dizer da universidade pública? Ela está em pior condição do que há dez anos. Há um verdadeiro desmonte institucional, ameaçando “liquidar” com a universidade pública no Brasil⁴. Enquanto isso a empresa privada e as indústrias do conhecimento, do Brasil e do exterior, disputam um milionário mercado, que cresce na medida em que o Estado se retira do ensino superior. Ainda continuamos lutando por mais verbas públicas para a educação e por uma “remuneração salarial condigna do professorado”, defendida Tragtenberg.

Em 1994, a CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) chegou a fazer um “pacto” com o governo (MEC – Ministério da Educação, UNDIME – União dos Dirigentes Municipais de Educação - e CONSED – Conselho Nacional de Secretários de Educação) no quadro do *Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003)*, sobre três pontos: a necessidade da implantação de fato, em todo o território nacional, de um currículo básico nacional, um piso salarial nacional de pelo menos 300 dólares (a média nacional hoje é

² Paulo Freire. *Pedagogia da Autonomia*. São Paulo, Cortez, 1997, p. 66.

³ Henrique Rattner, org. *Brasil 1990: caminhos alternativos do desenvolvimento*. São Paulo Brasiliense, 1990.

⁴ Luiz Carlos de Menezes. *Universidade sitiada: a ameaça de liquidação da universidade brasileira*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

de 100 dólares) e uma definição clara do que cabe a cada esfera de governo. Hoje, as três esferas de governo – União, Estados e Municípios – ocupam-se da educação básica e não trabalham articuladamente. O Governo Fernando Henrique Cardoso, que assumiu no ano seguinte, em 1995, não respeitou esse “pacto”, embora tenha tomado algumas iniciativas apontadas pelo *Plano Decenal*, como a implantação de parâmetros curriculares nacionais, o repasse de recursos diretamente para as escolas e a avaliação nacional.

Apesar desses avanços, fiquei surpreso com a atualidade do diagnóstico feito por Maurício Tragtenberg, em 1990. Recomendo a sua leitura, inclusive para entender porque ainda muitos dos nossos “problemas educacionais” continuam. Para não repetir o que disse Tragtenberg, seguirei um caminho diferente. Pretendo mostrar uma experiência exitosa, uma **alternativa**, que demonstra que a década de 90 não foi uma década perdida totalmente na educação voltada para a transformação social. Desejo mostrar um movimento concreto de educação para a cidadania que nasceu do espírito inovador de muitos educadores e de governos democráticos e que já se constitui num exemplo de sucesso em educação, porque responde não apenas ao histórico problema de uma educação para todos, mas responde, em particular, ao problema também histórico de oferecer uma escola de qualidade para todos, uma nova qualidade baseada na cidadania. É uma perspectiva concreta de futuro, demonstrando que a sociedade civil está reagindo a um modelo de internacionalização da agenda da educação na América Latina, que segue a mesma “receita” contida em “recomendações” de organismos internacionais como o Banco Mundial e o FMI. Esse modelo não se propõe a dar conta dos desafios apontados por Maurício Tragtenberg em 1990.

A educação para e pela cidadania, como movimento da própria sociedade, é mais amplo do que o ensino e a própria escola. Contudo, vou me ater à escola, como *locus* principal da educação, e à **Escola Cidadã**, em particular, pelo seu caráter histórico exemplar como expressão de uma educação para a cidadania. Se buscarmos nas práticas da educação de hoje no Brasil por uma alternativa para a construção de uma sociedade sustentável, certamente aparecerá em primeiro plano a Escola Cidadã.

O movimento pela “Escola Cidadã”, por uma educação para e pela cidadania, nasceu no final da década de 80 na educação municipal. A Escola Cidadã está fortemente enraizada no movimento de educação popular comunitária que, na década de 80, traduziu-se pela expressão *escola pública popular* com uma concepção e uma prática da educação realizada em diversas regiões do país. Por isso, hoje, alguns consideram como primeira experiência concreta de Escola Cidadã - embora nos documentos oficiais ainda não se usasse essa expressão, mas a expressão “Escola Pública Popular” - a experiência de Paulo Freire na gestão da prefeita Luiza Erundina no Município de São Paulo (1989-1992). A expressão “escola cidadã” apareceu pela primeira vez na literatura pedagógica brasileira num artigo de Genuino Bordignon, em maio de 1989, na *Revista Educação Municipal*, editada pela UNDIME (União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação) e pela Editora Cortez, como uma “utopia municipalista”.

A idéia de uma “escola de cidadania” já havia aparecido nos Estados Unidos na década de 30 com as chamadas *Citizenship Schools*, organizadas pelo educador popular Myles Horton, em resposta ao pedido de Esau Jenkins, um líder comunitário negro, que pretendia que as escolas públicas alfabetizassem os negros, a fim de instrumentá-los para a conquista do voto e do poder político. Dessa forma, eles pretendiam desenvolver uma educação alfabetizadora que contasse com líderes negros como professores e que ensinasse os estudantes a ler baseados nas suas necessidades e desejos de conquista da liberdade. Tanto Myles Horton quanto Paulo Freire influenciaram os sistemas de ensino com base na idéia de uma educação para e pela cidadania.

No final dos anos 80, sobretudo a partir da Constituinte e da **Constituição de 1988**, a discussão sobre o caráter público ou privado da escola fundamental gerou as mais extensas e profundas controvérsias. De um lado, colocava-se uma certa concepção neoliberal, que confundia direitos privados com privatismo; de outro, apareciam os advogados *ex-officio* do público, justificando, em seu nome, todas as iniciativas perdulárias, ineficientes e ineficazes, tanto do ponto de vista da quantidade quanto da qualidade dos serviços prestados, caros ao erário público e pobres na remuneração de seus agentes. A alternativa estaria numa escola estatal quanto ao financiamento, comunitária e democrática quanto à gestão e pública quanto à destinação. Em outros termos, o Poder Público deve garantir sua manutenção, entregando mais

recursos diretamente à escola para que ela, através de sua direção, democraticamente eleita, assessorada por um colegiado representativo da comunidade escolar, elabore, execute e implemente, com autonomia, seu projeto político-pedagógico. Essa foi a concepção inicial de Escola Cidadã que foi sendo reinventada pela prática ao longo de mais uma década, onde apareceram novas “versões”, com diferentes nomes, mas respeitando a característica central da formação para a cidadania.

Em 1993 o CENPEC (Centro de Pesquisas para Educação e Cultura) de São Paulo, com o apoio do UNICEF, escolheu 15 experiências significativas de municípios cujas políticas educacionais promoviam “a democratização da gestão escolar com participação da comunidade para fortalecê-la como o centro das decisões”⁵. Essas experiências revelaram um novo movimento de inovação na base da sociedade, ainda no final da década de 80, precedendo o movimento pela Escola Cidadã do início dos anos 90.

Em 1994, com base nas primeiras experiências de educação cidadã, o Instituto Paulo Freire, com sede em São Paulo, sistematizou as linhas fundamentais de um projeto de educação para e pela cidadania, o *Projeto da Escola Cidadã*⁶, acentuando a co-responsabilidade na gestão da educação pública entre o poder público, a escola e a comunidade, num verdadeiro “regime de colaboração”, como previa a Constituição “cidadã” brasileira de 1988. Ainda que o fim seja a formação para a cidadania, essas escolas e as políticas educacionais que as promovem, têm uma formatação própria em cada realidade. O que elas têm de comum, além do propósito principal, é o respeito pelas características histórico-culturais da região, os ritmos e as conjunturas específicas. A sua formulação é precedida de um diagnóstico da situação das escolas, das forças em jogo, das disposições políticas dos decisores e administradores dos recursos disponíveis. Este diagnóstico é freqüentemente realizado através de instrumentos como a *Carta Escolar* – um relatório detalhado no qual se confrontam os dados da oferta e da demanda educacional em uma determinada área – uma *Pesquisa Etnográfica*, que leva em conta elementos culturais dos sujeitos e dos segmentos que nela atuam, e um *Planejamento Socializado Ascendente* ou participativo, que se constrói a partir da integração das forças de todos os sujeitos, segmentos ou grupos comunitários e sociais que convivem e atuam na escola.

A maior ambição da Escola Cidadã é contribuir na criação das condições para o surgimento de uma **nova cidadania**, como espaço de organização da sociedade para a defesa de direitos e a conquista de novos. Trata-se de formar para e pela cidadania para a gestação de um novo espaço público não-estatal, uma “esfera pública cidadã”, como diz Jürgen Habermas, que leve a sociedade a ter voz ativa na formulação das políticas públicas e assim possa participar da mudança do Estado que temos para a criação de um novo Estado, radicalmente democrático. Não se pode mudar a escola pública de hoje sem uma nova concepção de Estado.

As experiências de educação cidadã foram muito além das primeiras intuições de Paulo Freire e do Instituto do qual ele foi fundador e grande inspirador. Hoje o conceito de escola cidadã tem sido assumido em diferentes perspectivas, ganhando força justamente por não ser um conceito monolítico e nem uma receita a ser simplesmente consumida ou aplicada.

De maneira geral, pode-se dizer que as experiências que têm por base o conceito de Escola Cidadã não só questionam a mentalidade burocrática dominante nos sistemas de ensino, mas apresentam alternativas a sua estrutura e funcionamento, apoiadas em quatro **grandes princípios**:

1º) *Gestão democrática*. Uma concepção cidadã de educação supõe objetivos e metas educacionais claramente estabelecidos entre escolas e governo, visando à democratização do acesso e da gestão e à construção de uma nova qualidade de ensino fundada nas necessidades

⁵ CENPEC. *A democratização do ensino em 15 municípios brasileiros*. São Paulo, CENPEC/UNICEF, 1993, p. 13.

⁶ A primeira versão do projeto foi elaborada em 1984 por Moacir Gadotti e José Eustáquio Romão com o título *O projeto da Escola Cidadã: a hora da sociedade*. O *Projeto da Escola Cidadã* já mereceu ser objeto de duas teses de doutoramento: Rosilda Baron Martins, *Escola cidadã do Paraná: análise de seus avanços e retrocessos*, Campinas, FEUNICAMP, 1997 e José Eustáquio Romão, *Dialética da diferença: o Projeto da Escola Cidadã frente ao projeto pedagógico neoliberal*, São Paulo, FEUSP, 1997. Vejam-se também as dissertações de mestrado de Alice Akemi Yamasaki, *Autonomia pedagógica no pensamento educacional brasileiro (1982-1996)*, São Paulo, FEUSP, 1998 e de Ângela Antunes Ciseski, *Aceita um Conselho? Teoria e prática da gestão participativa na escola pública*, São Paulo, FEUSP, 1997.

básicas de aprendizagem da comunidade. Isso implica na *escolha democrática dos dirigentes escolares* e na *gestão colegiada* das escolas.

2º) *Comunicação direta* com as escolas. Se a escola é o *locus* central da educação, ela deve tornar-se o pólo irradiador da cultura. Ela deve construir e elaborar a cultura, seja a cultura geral, seja a cultura popular. O corolário desse princípio é a comunicação entre as escolas e a população.

3º) *Autonomia da escola*. Cada escola deve escolher e construir seu próprio projeto político-pedagógico, optar ou não pela implantação dos “ciclos” ou pela manutenção da seriação. Escola não significa um prédio, um único espaço ou local. Escola significa projeto. Nesse sentido, várias unidades escolares podem se agrupar numa única escola. Escola e governo devem elaborar as políticas educacionais conjuntamente.

4º) *Avaliação permanente do desempenho escolar*. A avaliação institucional, para que tenha um sentido emancipatório, precisa ser incluída como parte essencial do projeto da escola. Não pode ser um ato formal e executado por técnicos externos à escola apenas. Deve envolver a comunidade interna, a comunidade externa e o poder público. Por outro lado, a avaliação de aprendizagem deve estar associada à avaliação dos seus condicionamentos que são também institucionais.

A **qualidade** do ensino está diretamente relacionada ao projeto de sociedade que queremos construir e aos projetos das próprias escolas, que são muito mais eficazes na conquista dessa qualidade do que projetos anônimos e distantes do seu dia-a-dia. Só as escolas conhecem de perto a comunidade e seus projetos podem dar respostas concretas a problemas concretos de cada uma delas. Assim sendo, podem respeitar as peculiaridades étnicas, raciais e culturais de cada região. E mais, a própria comunidade pode avaliar de perto, os resultados quando participa ativamente. As escolas precisam conhecer as situações significativas de seu contexto para poder problematizá-las e ampliar a compreensão das mesmas. Esses princípios apontam para o que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96) em seu artigo 11^o chama de “sistema único”. Esse sistema deve ser não só único, mas **único e descentralizado**, para que não seja confundido com o sistema educacional que descentraliza as responsabilidades mas não descentraliza a capacidade de decisão.

Como liderança e responsável maior da escola, o diretor deve ter um papel decisivo na construção do projeto político-pedagógico da escola. A forma de sua escolha é, por isso mesmo, também sumamente importante. No Brasil, o **diretor de escola** tem sido escolhido através de diferentes recursos: nomeação direta ou através de listas oferecidas ao nomeador, concurso, esquemas mistos e também por meio de eleição direta. O tipo de vínculo e de relação do diretor com a instituição educativa e com a comunidade escolar se altera, dependendo da forma como ele é escolhido. A experiência brasileira mostra, por exemplo, que a escolha se dá através da eleição direta, o diretor passa a ter um compromisso explícito com aqueles que o elegeram. Este compromisso tem-se revelado fator determinante na democratização da gestão, na formação para a cidadania e na melhoria da qualidade do ensino da escola pública. Outro tema importante da gestão democrática na perspectiva da Escola Cidadã é a instituição dos **Conselhos de Escola**. A idéia dos conselhos, ou colegiados, surgiu no final da década de 70 com o objetivo de democratizar as relações de poder no interior das escolas. O Conselho de Escola é um colegiado formado por todos os segmentos da comunidade escolar: pais, alunos, professores, direção e demais funcionários. Através dele, todas as pessoas ligadas à escola podem se fazer representar e decidir sobre aspectos administrativos, financeiros e pedagógicos, tomando este coletivo não só um canal de participação, mas também um instrumento de gestão da própria escola. Normalmente os Conselho de Escola desempenham quatro funções: consultiva, deliberativa, normativa e fiscal.

A primeira experiência de eleição direta de diretores de escola foi realizada pelo Estado do Paraná em 1983. Nove anos depois, esse mesmo Estado também realizou a primeira experiência de Escola Cidadã⁷, partindo de uma idéia de Paulo Freire que mais tarde ele relatou

⁷ *Paraná: construindo a Escola Cidadã*. Curitiba, SEED, 1992. Coordenação: Elias Abrahão e Antônio João Mânfió e colaboração de Eronita Silva Barcellos, José Eustáquio Romão e Moacir Gadotti.

no livro *Pedagogia da Autonomia*⁸, iniciando o trabalho por uma “auto-retrato” da escola e do seu entorno. “Saber dizer tem como contrapartida necessária saber ouvir”. Essa foi, em essência, a máxima assumida pela **Secretaria de Estado da Educação do Paraná**, ao implantar naquele Estado o *Projeto da Escola Cidadã*. Uma série de ações foi orientada por uma concepção democrática da educação e da gestão escolar: eleição direta de diretores escolares; delegação às escolas para a formulação de seus projetos político-pedagógicos; eleição de seus conselhos escolares e, por fim, a autonomia administrativa e financeira. O projeto veio reforçar uma tendência participativa em andamento naquele Estado, impulsionada pela forte presença das comunidades locais e que continua até hoje.

O Estado do Paraná foi o primeiro a instituir a Escola Cidadã e o fez de uma forma particular, adotando as seguintes etapas: a) um diagnóstico a partir da elaboração do projeto de cada escola; b) hermenêutica das práticas escolares encontradas; c) sistematização dessas experiências inovadoras e d) publicização do que cada uma delas estava fazendo, pensando e desejando fazer. Por causa dessa iniciativa e certamente pela autonomia conquistada pelas escolas, o Estado do Paraná conseguiu uma das mais impressionantes mobilizações de sua história educacional e um dos mais consistentes planos decenais de educação, elaborado em 1994.

Em **Porto Alegre**, capital do Estado do Rio Grande do Sul, durante a gestão de 1993-1996, dando continuidade à política educacional da gestão anterior, a *Escola Cidadã* constituiu-se como eixo orientador de toda a política educacional, baseada no planejamento participativo, na autonomia da escola como estratégia da qualidade de ensino e na construção da cidadania como prática pedagógica. Um passo importante foi a criação dos **Conselhos Escolares**, órgãos máximos com poder deliberativo. A estratégia do **Orçamento Participativo** e da **Constituinte Escolar** revelaram-se extremamente importantes para o desenvolvimento de uma educação para e pela cidadania. Porto Alegre depois de três gestões centradas no mesmo projeto político-pedagógico revelou-se como um dos exemplos mais significativos e exitosos de Escola Cidadã, uma referência nacional e internacional⁹.

Com outro nome, entre 1993 e 1996, o Município de **Belo Horizonte (MG)**, desenvolveu a experiência da **Escola Plural** que tem servido de subsídio para muitos municípios elaborarem sua política educacional para uma educação para e pela cidadania. A Escola Plural¹⁰, numa perspectiva cidadã, levou esse nome por construir a política educacional do município a partir da pluralidade de experiências emergentes na rede municipal de educação. As experiências emergentes não ficaram na periferia do dia-a-dia da escola. Elas foram assumidas numa proposta de educação que sintetizou as direções apontadas como mais determinantes nas práticas educativas vividas pela rede.

Em **Natal**, capital do Estado do Rio Grande do Norte, foi implantado, a partir de 1994, o *Projeto da Escola Cidadã* centrado nos seguintes eixos norteadores: a integração entre educação e cultura, integração entre escola e comunidade (educação multicultural e comunitária), democratização das relações de poder dentro da escola, o enfrentamento da questão da repetência e da avaliação escolar e uma visão transdisciplinar na formação do educador. Em 1995, através de um processo participativo, foram escolhidas 4 escolas para iniciar o projeto.

⁸ “Certa vez, numa escola da rede municipal de São Paulo que realizava uma reunião de quatro dias com professores e professoras de dez escolas da área para planejar em comum suas atividades pedagógicas, visitei uma sala em que se expunham fotografia das redondezas da escola. Fotografias de ruas enlameadas, de ruas bem postas também. Fotografias de recantos feios que sugeriam tristeza e dificuldades. Fotografia de corpos andando com dificuldade, lentamente, alquebrados, de caras desfeitas, de olhar vago. Um pouco através de mim dois professores faziam comentários em torno do que lhes tocava mais de perto. De repente, um deles afirmou: ‘Há dez anos ensino nesta escola. Jamais conheci nada de sua redondeza além das ruas que lhe dão acesso. Agora, ao ver esta exposição de fotografias que nos revelam um pouco de seu contexto, me convenço de quão precária deve Ter sido a minha tarefa formadora durante todos estes anos. Como ensinar, como formar sem estar aberto ao contorno geográfico, social dos educandos” (Paulo Freire, *Pedagogia da Autonomia*, São Paulo, Cortez, 1997, p. 154).

⁹ Veja-se de Luiz Heron da Silva, org. *A Escola Cidadã no contexto da globalização*. Petrópolis, Vozes, 1998 e *Escola Cidadã: teoria e prática*. Petrópolis, Vozes, 1999. Em 1998 a Prefeitura de Porto Alegre enumerou 98 “Princípios da Escola Cidadã” para a reinvenção coletiva e cotidiana da escola, abrangendo a gestão, o currículo, a avaliação e a convivência. Esse foi um dos resultados da Constituinte Escolar.

¹⁰ MEC/SEF. *Escola plural: proposta político-pedagógica*. Coordenação: Miguel Gonzales Arroyo. Brasília, MEC/SEF, 1994.

Um novo Estatuto dessas escolas foi elaborado e discutido com a comunidade, para que esta pudesse receber os recursos necessários à manutenção e desenvolvimento do ensino. Através dele, coube ao Poder Público estabelecer e repassar os recursos para o funcionamento da escola, tendo por base o cálculo do custo/padrão/qualidade por aluno, fiscalizar a aplicação desses recursos e manter os funcionários e professores. O zelo pelo patrimônio da escola, a colaboração na elaboração do projeto pedagógico e a fiscalização e aplicação dos recursos foram algumas das atribuições que a comunidade desempenhou dentro do *Projeto da Escola Cidadã* de Natal. À Escola Cidadã coube: definir o seu projeto político-pedagógico, garantir o mínimo de alunos por turma determinado pelo poder público, criar mecanismos que viabilizassem a participação comunitária, prestar contas à Secretaria Municipal de Educação da produtividade da escola quanto à permanência do aluno na escola e seu desempenho, incentivar a prática da cidadania, zelar pelo patrimônio público e pela racionalização dos recursos financeiros.

Em Gravataí (RS), desde 1997, a Secretaria Municipal de Educação desencadeou um rico processo de reorientação curricular e formação continuada do magistério na perspectiva da Escola Cidadã, resgatando suas raízes populares¹¹. O mesmo acontecendo em dois municípios próximos: Viamão e Alvorada. Em Caxias do Sul (RS), da mesma forma, a Secretaria de Educação mobilizou toda a cidade para a construção da participação e da democracia num movimento cívico pelo “Orçamento participativo na educação”. Baseada em Paulo Freire, entendeu a avaliação como redefinição conjunta dos caminhos a serem trilhados pelos cidadãos¹². Experiências semelhantes vêm acontecendo desde final da década de 90 em municípios como os de Chapecó e Dionísio Cerqueira no Estado de Santa Catarina e Mauá, Diadema, Santo André e Franca, no Estado de São Paulo, Icapuí, no Estado do Ceará, entre outros. O grande desafio desses projetos tem sido a descontinuidade administrativa dos governos municipais. Por isso a insistência de muitos educadores na *autonomia da escola*¹³, fortalecendo o projeto político-pedagógico da unidade escolar.

Nas duas últimas gestões, desde 1993, a Secretaria de Educação de Uberaba (MG), desenvolveu um projeto com base nos princípios da Escola Cidadã, inicialmente orientado pelo próprio Paulo Freire. Uberaba entendeu a Escola Cidadã como uma “construção amorosa da cidadania” e deu uma contribuição nova ao projeto, associando conhecimento, sensibilidade e sustentabilidade. Como queria Paulo Freire: uma escola “séria, curiosa, questionadora, crítica, criativa e, sobretudo, alegre e prazerosa”¹⁴, uma verdadeira Escola Cidadã.

Em Blumenau (SC), a partir de 1997, o governo municipal vem trabalhando com o conceito de “Escola Sem Fronteiras – Construindo Cidadania pela Educação”, uma proposta esboçada um ano antes pelo sindicato da categoria, compreendendo “a gestão democrática, a qualidade social da educação e o acesso, permanência e sucesso de todos(as) os(as) educandos(as)”, “ressignificando” as experiências da rede.

Em 1999 o Estado do Rio Grande do Sul lançou um grande movimento pela construção da “Escola democrática e popular” através da “Constituinte Escolar” com base na metodologia de Paulo Freire e com os seguintes pressupostos: a *educação como um direito* de todos os cidadãos e cidadãs; a *participação popular* enquanto método de gestão das políticas públicas; a *dialogicidade* enquanto princípio ético-existencial de um projeto humanista e solidário; a *radicalização da democracia* enquanto objetivo estratégico de um governo de esquerda e a *utopia* enquanto sonho impulsionador da educação e da escola. Espera-se que o Estado do Rio Grande do Sul, ao lado do Estado do Mato Grosso do Sul, com sua “Escola

¹¹ Prefeitura Municipal de Gravataí. Secretaria Municipal de Educação. *Teoria & fazeres: caminhos da educação popular*. Gravataí, SMED, 1999, 2 volumes.

¹² “O papel da escola deve ser o de propor um diálogo democrático, respeitando a opinião do outro, construindo a identidade na interação conjunta e na integração com a comunidade escolar, abolindo a discriminação de qualquer ordem”. Prefeitura de Caxias do Sul. *Plano Municipal de Educação: princípios gerais*. Caxias do Sul, SMED, 1999, p. 11.

¹³ Moacir Gadotti e José Eustáquio Romão. *Autonomia da escola: princípios e propostas*. São Paulo, Cortez, 1997 (Série “Guia da Escola Cidadã” do Instituto Paulo Freire).

¹⁴ Maria de Lourdes Melo Prais e Maria Élide Silva. *Escola Cidadã: Educação, construção amorosa da cidadania*. Uberaba, SME, 2000.

Guaicuru”¹⁵, avancem em nível estadual, com a proposta alternativa ao neoliberalismo de uma educação para e pela cidadania. A Escola Cidadã está deixando de ser uma “utopia municipalista”, como dizia em 1989 Genuíno Bordignon, para transformar-se também, dez anos depois, em utopia “estadual”.

O movimento por uma educação para e pela cidadania não se restringe às iniciativas de Estados e Municípios. Existem muitos exemplos de escolas comunitárias, confessionais e particulares que estão se transformando em Escolas Cidadãs. O mesmo ocorre com organizações não governamentais. Em **Alegrete (RS)**, a “Escola Cidadã: Casa de Cultura para a Infância e a Adolescência” oferece um espaço de estudo, pesquisa e formação para a cidadania, sobretudo professores alfabetizadores e de educação infantil.

A idéia de uma Escola Cidadã, de uma escola para e pela cidadania, está em constante evolução na medida em que novas experiências, em novos contextos, vão trazendo necessidades novas e revelando novos aspectos de uma realidade complexa. A experiência mais recente do Município de **Marabá (Estado do Pará)**, para a elaboração do seu “Plano de Ação Pedagógica Global”, mostrou a necessidade de desenvolver uma teoria e uma prática para a reestruturação curricular na perspectiva da Escola Cidadã, abordando o tema da *formação com base no regime dos ciclos e a avaliação dialógica continuada*. Bem antes, contudo, a experiência de Porto Alegre já havia caminhado nesta linha. Através da formação com base no regime de ciclos, espera-se contribuir para a reconstrução do conhecimento na escola fundamentado na combinação dos estudos filosóficos, políticos e pedagógicos desenvolvidos por Paulo Freire com a concepção sócio-histórica e interacionista de educação e de conhecimento.

Todos esses exemplos, direta ou indiretamente inspiram-se no **pensamento de Paulo Freire**, o que mostra a sua atualidade e força transformadora. Alguns dos seus princípios pedagógicos ou de intuições originais de sua prática são facilmente encontrados nessas experiências de educação cidadã, fundadas em relações eminentemente democráticas. Eis alguns desses princípios: 1) partir das necessidades dos alunos; 2) instituir uma relação dialógica professor-aluno; 3) considerar a educação como produção e não como transmissão e acumulação de conhecimentos; 4) educar para a liberdade e para a autonomia; 5) dar ênfase nas condições gnosiológicas da prática educativa; 6) defender a educação como um ato de diálogo no descobrimento rigoroso, porém, por sua vez, imaginativo, da razão de ser das coisas; 7) a noção de uma ciência aberta às necessidades populares; e 8) o planejamento comunitário e participativo.

Tanto na sua concepção quanto nas suas práticas, a Escola Cidadã se traduz por diferentes nomes e com características próprias. Pode-se falar até em “tendências” diversas de Escola Cidadã. Isso se verificou claramente em Porto Alegre onde o conceito de Escola Cidadã e sua prática teve diferentes visões. É natural, pois, como dissemos no início, “cidadania” e “autonomia” andam juntas. Sob muitos nomes encontramos a educação cidadã: “Escola pública popular” (São Paulo), “Escola Democrática” (Betim, MG), “Escola Plural” (Belo Horizonte), “Escola Candanga” (Brasília, DF), “Escola Mínima” (Gravataí, RS), “Escola Sem Fronteiras” (Blumenau, SC), “Escola Guaicuru” (Estado do Mato Grosso do Sul), “Escola Democrática e Popular” (Estado do Rio Grande do Sul). O que importa não é o nome mas a prática de uma escola honesta, com uma nova qualidade, uma escola que atenda às necessidades da criança, do jovem ou do adulto que precisa viver com dignidade essa travessia de milênio, em plena **sociedade do conhecimento**.

São inúmeras e profundas as conseqüências dessa concepção da educação em termos não apenas da gestão, mas em termos de atitudes e métodos e que formam o novo professor, o novo aluno, o novo sistema, o novo currículo, a nova **pedagogia da educação cidadã**. A seguir enumero algumas delas.

Na Escola Cidadã a presença do professor é importante, mas de um **novo professor**, mediador do conhecimento, sensível e crítico, aprendiz permanente e organizador do trabalho na

¹⁵ *Escola Guaicuru: vivendo uma nova lição*. Campo Grande, Governo Popular Mato Grosso do Sul, 1999. Uma série de cadernos chamados de “Calendário da Cidadania” oferecem “subsídios para aulas especiais”. A Escola Guaicuru se apresenta como um projeto educacional transformador cujo objetivo é “a construção de uma nova sociedade, pautada na justiça social”. A Série “Constituinte Escolar: Construindo a Escola Cidadã” oferece subsídios teóricos e práticos para a participação da elaboração da política educacional do Estado.

escola, um orientador, um cooperador, curioso e, sobretudo, um construtor de sentido, um cidadão. Ensinar não é transferir conhecimentos. É criar as possibilidades para a sua produção, para a sua construção.

O aluno chega à escola transportando consigo cada vez mais um mundo e uma carga de informações que ultrapassam o estreito âmbito da família, transmitidas sobretudo pelos meios de comunicação. As crianças hoje dedicam menos tempo à escola e ao estudo do que à televisão. Como fazer uma escola eficaz para esse aluno? Necessitamos de uma pedagogia que promova a aprendizagem permanente. A era do conhecimento é também a era da sociedade aprendente: todos tornaram-se aprendizes. A pedagogia da escola cidadã, a pedagogia da educação para e pela cidadania, não está mais centrada na didática, mas na ética e na filosofia. Ela se pergunta como devemos ser para aprender antes de nos perguntar o que devemos saber para aprender e ensinar. Muda a relação ensino-aprendizagem. O diálogo é fundamental, como nos ensinou Paulo Freire. O professor não é mais o que sabe e o aluno o que aprende. Ambos, em sessões de trabalho, aprendem e ensinam com o que juntos descobrem.

Surge então o **novo aluno** da Escola Cidadã: sujeito da sua própria formação, curioso, autônomo, motivado para aprender, disciplinado, organizado, mas, sobretudo, cidadão do mundo e solidário. Muitas variáveis influenciam a vida pessoal e profissional de uma pessoa. Contudo, pode-se dizer que, para um bom desempenho profissional, vale muito hoje um **histórico escolar coerente**, sem sobressaltos, sem anos interrompidos, sem notas altas e baixas... valerá uma certa regularidade no "currículo". Valerá o engajamento em atividades coletivas, a prestação de serviços voluntários; valerão os estágios feitos. O que fará a diferença é a **vivência do estudante**, sua capacidade de adaptar-se a novas situações, seu espírito crítico, facilidade de comunicar-se, capacidade de lidar com pessoas e de trabalhar em equipe. Não valerá a acumulação de conhecimentos. Ser aluno brilhante, sobretudo numa "escola lecionadora", burocrática, não valerá grande coisa. Por isso, **avaliação** de um aluno deve ser global, deve levar em conta um conjunto de critérios, não por disciplina, mas por um programa que incentive a capacidade de continuar aprendendo.

A Escola Cidadã é realmente uma **nova escola**, gestora do conhecimento, não lecionadora, uma escola com projeto eco-político-pedagógico, isto é, um projeto ético, uma escola inovadora, construtora de sentido e plugada no mundo. A Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI da UNESCO¹⁶ conclui que a capacidade de inovar é essencial na educação do futuro e esta depende também da autonomia dos estabelecimentos de ensino, tanto na gestão dos recursos quanto na gestão da própria escola e da construção do seu projeto pedagógico. O surgimento desta **escola do futuro**, desse aluno e desse professor, depende muito também do surgimento de um **novo sistema de ensino**, único, na medida em que deve democratizar o conhecimento, e descentralizado, na medida em que permite uma pluralidade de organizações e instituições. Esse talvez seja o maior obstáculo à escola cidadã e à educação para e pela cidadania. Ela cresce na base e isso é importante. Mas tem seu crescimento dificultado num sistema de ensino burocrático, lento, preguiçoso, que impede e desestimula a inovação.

Não se pode falar do movimento da Escola Cidadã sem mencionar a **reorientação curricular** a ele associada. O currículo da Escola Cidadã é considerado como espaço de relações sócio-culturais. Além de ser o espaço do conhecimento é também o espaço do debate das relações sociais e humanas, o espaço do poder, do trabalho e do cuidado, da gestão e da convivência. Por isso tem a ver com a ética, a sustentabilidade, a questão da violência. Currículo e projeto eco-político-pedagógico da escola são realidades inseparáveis. O currículo revela a trajetória político-pedagógica da escola, seus sucessos e insucessos, seus fracassos e vitórias. Se a escola deve continuar o projeto de vida de seus instituintes – professores, funcionários, alunos e comunidade – o currículo relaciona-se também com o projeto de vida de cada um. Por isso, ele precisa ser avaliado e reavaliado constantemente. Ele não pode reduzir-se a conteúdos disciplinares ou atitudinais. Não pode se limitar a saberes e competências ligados à inteligência. Na Escola Cidadã ele é considerado ao mesmo tempo contexto e processo, projeto de vida institucional e individual.

¹⁶ Jacques Delors, org. *Educação: um tesouro a descobrir*. São Paulo, Cortez, 1997.

Nos últimos anos, a concepção de Escola Cidadã foi marcada pela **Ecopedagogia** entendendo o novo currículo com base na idéia de sustentabilidade. A educação para e pela cidadania é também uma educação para uma **sociedade sustentável**. A Escola Cidadã e a Ecopedagogia sustentam-se no princípio de que todos, desde crianças, temos um direito fundamental que é o de sonhar, de fazer projetos, de inventar, como pensavam Marx e Freire; todos temos o direito de decidir sobre nosso destino, também as crianças, como sustentava o educador polonês Janusz Korczak¹⁷. E não se trata de reduzir a escola e a pedagogia atuais a uma *tabula rasa* e construir por cima de suas cinzas a Escola Cidadã ideal e a ecopedagogia. Não se trata de uma escola e de uma pedagogia "alternativas", no sentido de que devem ser construídas separadamente da escola e da pedagogia atuais. Trata-se de, no interior delas, a partir da escola e da pedagogia que temos, dialeticamente, construir outras possibilidades, sem aniquilar tudo o que existe. O futuro não é o aniquilamento do passado, mas a sua superação.

Os problemas atuais, inclusive os problemas ecológicos, são provocados pela nossa maneira de viver e a nossa maneira de viver é inculcada pela escola, pelo que ela seleciona ou não seleciona, pelos valores que transmite, pelos currículos, pelos livros didáticos. Precisamos reorientar a educação a partir do **princípio da sustentabilidade**, isto é, retomar nossa educação em sua totalidade. Isso implica uma revisão de currículos e programas, sistemas educacionais, do papel da escola e dos professores e da organização do trabalho escolar. A ecopedagogia, tal como vem sendo desenvolvida pelo Instituto Paulo Freire, implica uma *reorientação dos currículos* para que incorporem certos princípios, como: 1) considerar o planeta como uma única comunidade; 2) considerar a Terra como mãe, como um organismo vivo e em evolução; 3) construir uma nova consciência que sabe o que é sustentável, apropriado, e faz sentido para a nossa existência; 4) ser terno para com essa casa, a Terra, nosso único endereço; 5) desenvolver o senso de justiça sócio-cósmica considerando a Terra como um grande pobre, o maior de todos os pobres; 6) promover a vida: envolver-se, comunicar-se, compartilhar, problematizar, relacionar-se, entusiasmar-se; 7) caminhar cotidianamente com sentido; 8) desenvolver uma racionalidade intuitiva e comunicativa: afetiva, não instrumental.

As pedagogias clássicas eram antropocêntricas. A ecopedagogia parte de uma consciência planetária (gêneros, espécies, reinos, educação formal, informal e não-formal). Ampliamos o nosso ponto de vista. Do homem para o planeta, acima de gêneros, espécies e reinos. De uma visão antropocêntrica para uma consciência planetária e para uma nova referência ética. A Escola Cidadã, orientando-se por uma Ecopedagogia ou **Pedagogia da Terra**, deve, por isso, ser entendida também como uma alternativa para a construção de uma sociedade sustentável.

O conhecimento é o grande capital da humanidade. Não é apenas o capital da transnacional que precisa dele para a inovação tecnológica. Ele é básico para a sobrevivência de todos. Por isso ele não deve ser vendido ou comprado, mas disponibilizado a todos. Esta é a função de instituições que se dedicam ao conhecimento, apoiados nos avanços tecnológicos. Esperamos que a **educação do futuro** seja mais democrática, menos excludente. Essa é ao mesmo tempo nossa causa e nosso desafio. Infelizmente, diante da falta de políticas públicas no setor, acabaram surgindo "indústrias do conhecimento" prejudicando uma possível visão humanista, tornando-o instrumento de lucro e de poder econômico.

Cabe a Escola Cidadã inserir-se ativamente no movimento global de renovação cultural aproveitando-se de toda a riqueza de informações disponibilizada pelas **novas tecnologias**. Hoje é a empresa que está assumindo esse papel inovador. A escola não pode ficar a reboque das inovações tecnológicas. Ela precisa ser um centro de inovação. Nós temos uma tradição de dar pouca importância à educação tecnológica, a qual deveria começar já na educação infantil. Na **sociedade da informação** a escola deve servir de bússola para navegar nesse mar do conhecimento, superando a visão utilitarista de só oferecer informações "úteis" para a competitividade, para obter resultados. Deve oferecer uma formação geral na direção de uma educação integral. O que significa servir de bússola? Significa orientar criticamente, sobretudo as crianças e jovens, na busca de uma informação que os faça crescer e não embrutecer.

¹⁷ Janusz Korczak, *Como amar uma criança*. São Paulo, Paz e Terra, 1986, p. 67.

Hoje vale tudo para aprender. Isso vai além da “reciclagem” e da atualização de conhecimentos e muito mais além da “assimilação” de conhecimentos. A sociedade do conhecimento é uma sociedade de múltiplas oportunidades de aprendizagem: parcerias entre o público e o privado (família, empresa, associações...), avaliações permanentes, debate público, autonomia da escola, generalização da inovação. As conseqüências para a escola e para a educação em geral são enormes: ensinar a pensar; saber comunicar-se; saber pesquisar; ter raciocínio lógico; fazer sínteses e elaborações teóricas; saber organizar o seu próprio trabalho; ter disciplina para o trabalho; ser independente e autônomo; saber articular o conhecimento com a prática; ser aprendiz autônomo e a distância.

Neste contexto de impregnação do conhecimento **cabe à escola**: amar o conhecimento como espaço de realização humana, de alegria e de contentamento cultural; cabe-lhe selecionar e rever criticamente a informação; formular hipóteses; ser criativa e inventiva (innovar); ser provocadora de mensagens e não pura receptora; produzir, construir e reconstruir conhecimento elaborado. E mais: numa perspectiva emancipadora da educação, a escola tem que fazer tudo **em favor dos excluídos**. Não discriminar o pobre. Ela não pode distribuir poder, mas pode construir e reconstruir conhecimentos, saber, que é poder. Numa perspectiva emancipadora da educação, a tecnologia não contribuiu muito pouco para a emancipação dos excluídos se não foi associada ao exercício da cidadania. Como diz Ladislau Dowbor (*A reprodução social*, Vozes, 1998, p. 259), a escola deixará de ser “lecionadora” para ser “gestora do conhecimento”... “pela primeira vez a educação tem a possibilidade de ser determinante sobre o desenvolvimento”. A educação tornou-se estratégica para o desenvolvimento. Mas, para isso, não basta “modernizá-la”, como querem alguns. Será preciso transformá-la profundamente.

A escola precisa ter projeto, precisa de dados, precisa fazer sua própria inovação, planejar-se a médio e a longo prazos, fazer sua própria reestruturação curricular, elaborar seus parâmetros curriculares, enfim, ser cidadã. As mudanças que vêm de dentro das escolas são mais duradouras. Da sua capacidade de inovar, registrar, sistematizar a sua prática/experiência, dependerá o seu futuro. Nesse contexto, o educador é um mediador do conhecimento, diante do aluno que é o sujeito do sua própria formação. Ele precisa construir conhecimento a partir do que faz. Para isso ele também precisa ser curioso, buscar sentido para o que faz e apontar novos sentidos para o quefazer dos seus alunos.

Em geral temos a tendência de desvalorizar o que fazemos na escola e de buscar receitas fora dela quando é ela mesma que deveria governar-se. É dever dela ser cidadã e desenvolver na sociedade a capacidade de governar e controlar o desenvolvimento econômico e o mercado. A **cidadania** precisa controlar o Estado e o Mercado, verdadeira alternativa ao capitalismo neoliberal e ao socialismo burocrático e autoritário. A escola precisa dar o exemplo, ousar construir o futuro. Inovar é mais importante do que reproduzir com qualidade o que existe. A matéria prima da escola é sua visão do futuro.

A escola está desafiada a mudar a lógica da construção do conhecimento, pois a aprendizagem agora ocupa toda a nossa vida. E porque passamos todo o tempo de nossas vidas na escola – não só nós, professores – devemos ser felizes nela. A felicidade na escola não é uma questão de opção metodológica ou ideológica. É uma obrigação essencial dela. Como diz Georges Snyders¹⁸, precisamos de uma nova “cultura da satisfação”, precisamos da “alegria cultural”. O mundo de hoje é “favorável à satisfação” e a escola também pode sê-lo.

Eis algumas **conclusões** para a **escola pública** que podemos tirar desta pequena análise sobre a educação para e pela cidadania através das experiências de Escola Cidadã:

1° - **Mudar é possível**. Devemos recusar a tese fatalista de que a escola pública brasileira não tem mais remédio. Podemos sim mudar a escola pública. As recentes experiências, fundadas na concepção cidadã de educação, representam uma alternativa viável ao projeto neoliberal capitalista de escola pública. Elas comprovaram que a escola pública pode ser competente, participativa e democrática.

2° - **Que escola?** A escola pública é a escola da maioria, das periferias, dos cidadãos que só podem contar com ela. Nenhum país do mundo se desenvolveu sem uma boa escola pública. Nenhuma sociedade se desenvolveu sem incorporar a grande maioria dos seus cidadãos ao bem

¹⁸ Georges Snyders. *A alegria na escola*, São Paulo, Manole, 1988.

viver. A escola pública do futuro, como escola para e pela cidadania, tem por objetivo oferecer possibilidades concretas de libertação para todos.

3^o - **Escola e empresa.** Só o Estado pode dar conta do nosso atraso educacional. As empresas e as escolas particulares podem ajudar apenas parcialmente a resolver esse problema desde que seja para o benefício do aluno e sob o controle da escola e do sistema de ensino; desde que tenham um grande compromisso com o ensino público, lutando por mais recursos públicos para ele. Em geral, os interesses da escola pública colidem com os da escola privada, pois, se a primeira tiver um ótimo desempenho a segunda poderá perder sua clientela.

4^o - **Escola e Estado.** Não há mudanças na escola sem uma concepção de Estado. É a própria escola que deve mudar, por dentro, a partir dela mesma. Mas ela, sozinha, não muda, sem uma concepção de Estado e de educação. Daí a necessidade de novas diretrizes de governo. Historicamente o Estado brasileiro tem sido monopólio das elites econômicas. A escola estatal não é necessariamente pública. Para ser pública ela precisa ser democratizada, isto é, possibilitar a participação da comunidade escolar, interna e externa, em todos os seus níveis de decisão e ação político-pedagógicas.

5^o - **Escola e Sociedade.** Para mudar, a escola precisa apoiar-se na sociedade, através da criação de uma esfera pública de decisão não estatal, como o emblemático “orçamento participativo” e a “constituente escolar”. Para mudar, não basta que a análise dos governantes e as soluções apontadas estejam corretas. É preciso que elas sejam legitimadas pela discussão coletiva. Quem opera a mudança é o coletivo.

6^o - **Redes e movimentos.** A escola pública não pode mudar sozinha. A escola pública de qualidade para todos precisa ser uma escola em rede de colaboração solidária em todos os níveis – local, regional e mundial – buscando a construção democrática radical como alternativa pós-capitalista. As redes em educação se constituem em espaços abertos que se auto-reproduzem e assim se fortalecem, constituindo-se em movimentos em permanente mudança.

7^o - **Era da informação.** A escola precisa passar de uma concepção de educação como produção em série – seriação – e de repetição de saberes da sociedade industrial, da parcelarização do conhecimento, para uma concepção transdisciplinar da educação, da era da informação pós-industrial e da nova economia, onde predominam a autonomia e a aprendizagem colaborativa, onde todos podem “dizer a sua palavra” (Freire). Na era da informação, a escola precisa deixar de ser lecionadora, para ser gestora do conhecimento. Só o conhecimento compartilhado é conhecimento válido. A educação é mais um ato de produção do que um ato de transmissão e de assimilação de conhecimentos.

8^o - **Cultura e estrutura.** O desafio da mudança da escola pública é, ao mesmo tempo, cultural e estrutural. Sem mexer nas estruturas não se muda a escola. Mas também é preciso mexer nas relações sociais e humanas e numa cultura escolar que valoriza um certo saber e despreza outro. A escola é um espaço de relações sócio-culturais. A reestruturação física da escola deve associar-se a uma reestruturação espiritual e cultural.

9^o - **Currículo e avaliação.** A mudança curricular não pode limitar-se aos conteúdos disciplinares, mas deve atingir também os conteúdos atitudinais. A avaliação que classifica, seleciona e pune, ratifica a exclusão social. Avaliar, numa concepção cidadã, é um ato de conhecimento que implica uma predisposição de acolher um ser humano em sua totalidade e não apenas um aprendiz deste ou daquele saber.

10^o - **Professor.** O professor é um profissional do sentido e mediador do conhecimento. Sozinho, contudo, ele não dá conta de todas as tarefas da escola. É necessária a contribuição dos pais e dos profissionais não-docentes na elaboração do projeto eco-político-pedagógico da escola e na sua gestão. O professor conhece o seu aluno também através de conhecimentos fornecidos pelos pais sobre o contexto em que ele vive.

Florestan Fernandes (1920-1995) costumava repetir que a escola não educava para a cidadania. Ele dizia que a estrutura de poder no Brasil era arcaica e mantida pela classe dominante que barrava a consciência crítica do povo. Essa estrutura político-social e econômica ainda é dominante. Mas, a mesma sociedade que cria essa estrutura cria também a sua reação. A contradição social existe. Por isso encontramos motivos para ser otimistas. Um deles é o surgimento da Escola Cidadã, uma esperança para a próxima década.